



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

MEMÓRIA DE REUNIÃO COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL

DATA/HORA: Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às 13h e 35min, reuniram-se na Reitoria, na sala da Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional, os seguintes participantes:

- Eduardo Rafael Miranda Feitoza (Arquivista/São Vicente do Sul);
- Adriana Herkert Netto (Arquivista/Reitoria);
- Thiago Sonnestrahl (CGTI);
- José Antônio Lopes Vidal (CGTI);
- Claucia Luciana Vitalis (AVMB); e
- Fábio Júnior Oliveira de Barros (AVMB).

SÍNTESE DOS ASSUNTOS TRATADOS

- Requisitos para o sistema informatizado

Thiago iniciou a reunião comentando ter recebido os memorandos 01, 03 e 04 da comissão. Pontuou que o memorando 01 com data de 03/05/2016, o qual estabelecia prazo para resposta de 10/05/2016 lhe foi entregue em 20/05/2016.

Thiago referiu que a AVMB lhe ajudou a responder algumas questões relacionadas no memorando e iria encaminhar a resposta formalizada ao documento o mais breve possível.

- Protocolo Integrado

Com relação aos memorandos 03 e 04 os representantes da AVMB relataram ter recebido da CGTI. Thiago afirmou ter recebido do Gabinete. Com relação ao encaminhamento Eduardo relatou que foi repassado à comissão a informação que as questões referentes ao Protocolo Integrado (PI) deveriam ser enviadas a Reitora para encaminhamento a UFRN. Fábio explicou que pelo contrato do Instituto com a AVMB e do contrato da AVMB com a UFRN as solicitações devem ser encaminhadas da AVMB à UFRN. Fábio informou que os documentos foram enviados com ofício na semana anterior, quinta-feira. Fábio e Claucia disseram que o fluxo que tinham era de enviar as solicitações à SINFO. Mas, como questões submetidas anteriormente não tiveram retorno, mudaram o foco e encaminharam para um Pró-Reitor em um dia e no outro já tiveram retorno. O Pró-Reitor informou-lhes que estava encaminhando para a área de negócio, para análise, para dar o retorno. Fábio disse que não foi dado um prazo para atender.

José disse não saber o que a UFRN iria atender, pois tirando a questão da hora o resto talvez se tratasse de questão de interpretação. Eduardo argumentou que no documento citou a legislação e as recomendações da apresentação de dados da SLTI. Fábio disse que vai dar um tempo de 15 ou 20 dias para cobrar novamente. Eduardo lembrou que o prazo para atender ao PI está esgotado desde o início de janeiro desse ano. Thiago questionou se o Instituto estaria ilegal. Eduardo respondeu que não está nem legal, nem ilegal. Claucia observou que na verdade não são todos que já estão enviando. Relatou que um dos clientes estava tentando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

integrar e teve problemas internos na instituição. O pessoal do PI avisou-os que estavam com problema no ambiente deles. Cláucia disse que isso é frequente no ambiente homologação. José afirmou que houve uma vez que o ambiente produção do Instituto ficou quase duas semanas indisponível.

- Cronograma para atender ao Processo Eletrônico

Thiago referiu que em fevereiro a UFRN lançou um *merge*, mas que não será o próximo a ser colocado em produção. Eduardo esclareceu que a questão é o Instituto deve apresentar um cronograma, mas para que possa fazê-lo é necessário saber o cronograma da UFRN. Por que, a comissão está prevendo solicitar algumas customizações. Então, pode ser que na atualização que virá do *merge* estejam contempladas algumas questões que seriam pedidas. Cláucia entendeu que houver previsão da UFRN atender não há motivo para a comissão solicitar as alterações. Thiago disse que na verdade só será possível saber as alterações quando estiver no ambiente de homologação. Eduardo salientou que a comissão precisa urgentemente do cronograma da UFRN para saber o que a UFRN pretende fazer e em que prazo. Fábio afirmou que a questão legal é de responsabilidade da UFRN e o atendimento a legislação por parte dela vem para o Instituto sem custo. Fábio explicou que se o Instituto entender que há necessidade urgente do desenvolvimento de alguma funcionalidade e solicitar a AVBM irá analisar e desenvolver, e nesse caso há custo. Thiago questionou os representantes da AVMB se o último *merge* contemplaria todo o decreto do processo eletrônico. Ambos responderam acreditar que não. Thiago questionou se a AVMB fez esse levantamento do que o decreto solicita e o que o *merge* contempla. Cláucia afirmou ter feito uma leitura superficial do decreto e não ter se detido na análise. Eduardo disse que o decreto não entra na especificidade é mais voltado para a instituição se preparar para as mudanças, que as especificidades estão na legislação específica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Adriana mencionou a portaria dos procedimentos de protocolo que o SIPAC não está de acordo. Eduardo concordou e disse que o decreto em si trata mais da questão de gestão de como a instituição deve se organizar para poder implementar. Os representantes da AVMB informaram que encaminharam o memorando solicitando o cronograma à UFRN junto com o do PI. Eduardo, Adriana disseram que na verdade o Instituto já devia ter enviado o cronograma e que além da cobrança do decreto tem a cobrança do MEC também. Thiago disse que as outras instituições que elaboraram o cronograma previram o prazo máximo sempre. Thiago sugeriu que na elaboração do cronograma o Instituto utilize os dois anos. Adriana e Eduardo disseram que isso é possível, mas que internamente para organizar as atividades obter esse documento é de suma importância. Thiago questionou a AVMB em quanto tempo viria o *merge*. Cláucia e Fábio responderam que em cerca de dois meses.

Fábio explicou que o *merge* é complicadíssimo de fazer e que sempre dá problema. Para minimizar isso a AVMB está buscando aumentar a periodicidade, pois atualmente é realizado a cada três ou quatro meses. A intenção é diminuir para um mês. Para tanto, é necessário a AVMB dedicar mais pessoas para realizar essa tarefa, que o custo disso aumenta e a UFRN não disponibiliza orientação de como as licenciadas devem fazer o *merge*. Fábio explicou que além de pegar a versão da UFRN a AVMB tem de pegar tudo que foi desenvolvido para o Instituto, o que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

resolveu de problema e juntar. Acrescentou que tudo que a AVMB desenvolve é submetida à UFRN que quando considera interessante analisa e verifica se irá incorporar no sistema ou não. Eduardo comentou que a comissão tem uma demanda com relação a isso, porque toda vez que vai testar o ambiente de homologação há o problema de não saber se é a última, se é a versão que vai para o produção ou não. Cláucia disse que embaixo há um número identificando a versão. Fábio complementou que a AVMB tem a sua versão, que é tudo que vem da UFRN, mais o que é corrigido e mais o que é implementado. No momento que a AVMB começa a fazer o *merge* são abertas duas versões. Uma com o *merge* e outra sem, pois é necessário continuar implementando melhorias. No momento em que o *merge* é homologado pelos clientes são juntadas as duas versões. E que o último *merge* disponibilizado para o instituto foi carregado na segunda quinzena de fevereiro desse ano. Eduardo questionou se o juntar dava alguma diferença no ambiente de produção. Fábio explicou que dá diferença de sistema em termos de funcionalidade, mas não de dados. Fábio disse que infelizmente a UFRN ainda desenvolve o sistema como se fosse só para si. Eduardo disse que no ano passado quando a comissão fez a análise do sistema foi no ambiente teste e quando foi para o ambiente produção notou-se que havia diferença. Fábio explicou que três ambientes o teste, o homologação e o produção. O produção dia-a-dia. O homologação é o ambiente que precisa ficar estático por maior tempo, precisa de 30 dias para homologar o *merge*, sem atualização nesse período. O teste é o ambiente para “implodir” a qualquer momento. Se der problema, der erro pega-se o produção e joga-se em cima. Cláucia pontuou que a comissão teve que trabalhar com o homologação dessa vez porque para o caso da integração era necessário que fosse realizado nesse ambiente. Adriana explicou para Cláucia que a comissão não estava utilizando o homologação somente para a análise do protocolo integrado estava-se utilizando para a questão de desenvolvimento de novas funcionalidades. Então, com o ambiente de cooperação que Cláucia passou *login* e senha e o homologação do Instituto e os dois estavam muito diferentes. Cláucia disse que o ambiente da UFRN está mais atualizado. Fábio disse que infelizmente está-se sempre atrás das versões da UFRN. Eduardo pautou que no momento a comissão está produzindo um relatório com base na análise do sistema para verificar o que será solicitado de customizações. Eduardo pediu que sempre que sejam feitas mudanças no sistema isso seja indicado à comissão. Cláucia e Fábio afirmaram é indicado ao Instituto. Adriana e Eduardo responderam que a informação não chega para a comissão. Fábio explicou que a informação é passada para a TI que é quem as recebe, pois são informações bem técnicas, onde é explicado o que foi modificado quais são as versões a serem atualizadas e não há como passar a todos os usuários finais. Eduardo disse não saber qual é o processo e informou que está se inserindo agora. Thiago disse que AVMB informa que em determinado momento é necessário testar o ambiente, então ele fala com a Profª. Nídia e pede para *startar* um memorando, encaminha a todos os âncoras e/ou responsáveis dos módulos para informar que o ambiente vai ficar estático por tantos dias. Gustavo questionou os representantes da AVMB sobre, em o sistema sendo colaborativo e a AVMB tendo outros clientes em implantação, se não seria possível o Instituto ter acesso também às informações do que os outros estão solicitando de customizações, porque se algum instituto estiver customizando e o sistema é colaborativo entende que em algum momento isso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

poderia ser incorporado ao sistema do Instituto. Fábio respondeu que a política da AVMB é de manter a mesma versão do sistema para todos os clientes. Gustavo perguntou então se o que é customizado para o Instituto o outro ganharia de graça. Fábio respondeu que e vice-versa. Gustavo esclareceu que o que estava solicitando é um diagnóstico do que os outros já solicitaram no que se trata de gestão documentos. Eduardo concordou que tais informações seriam interessantes. Fábio pontou como é trabalhado isso hoje, que o cliente solicita, a AVMB estima, o cliente resolve que quer, paga e recebe. A AVMB vindo ao Farroupilha e identificando que o Instituto pretende solicitar a mesma customização que o outro cliente já solicitou, informaria que já foi desenvolvido e entregaria sem custo ao Farroupilha. Fábio disse que na gestão de documentos, o SIPAC, até o momento ninguém mexeu em nada. Cláucia disse que no protocolo foram poucas alterações que há uma alteração que está a caminho, mas não está pronta ainda. Trata-se de gravar o processo primeiro sem ter que enviar a ninguém. Eduardo questionou se o processo fica criado e parado. Fábio respondeu que é como salvar um rascunho. Eduardo disse como controle de versão. Cláucia afirmou após criar o processo se não quiser que ele tramite é necessário enviar a própria unidade para ele ficar ali. Eduardo e Adriana afirmaram que para ambos não fazia muito sentido. Gustavo disse que já houve solicitação do protocolo para que no momento da autuação quando se está digitalizando um grande volume de folhas e pela metade ocorre de ter de deixar para terminar depois e quando retorna perde-se tudo o que já foi feito. José afirmou que a solicitação já havia sido passada a ele em outro momento, mas que não havia dado encaminhamento. Adriana manifestou não estar sabendo de nada a respeito da solicitação e do andamento. Fábio reiterou que o que é desenvolvido para um cliente todos tem acesso, mas que disponibiliza conforme a necessidade, pois o que é alterado para um pode não ser útil para um, ou pode mudar o processo, e o cliente pode não querer. Exceto as funcionalidades que a AVMB julga interessante disponibilizar a todos e daí a AVMB assume o risco e libera para todos. Eduardo pontuou que a partir de agora serão demandadas novas funcionalidade a AVMB. Explicou que hoje no Instituto o sistema é utilizado puramente para o registro de documentos físicos e se pretende mudar o foco para documentos digitais e é uma demanda muito maior. Eduardo explicou que a preocupação da comissão é de garantir a autenticidade do documento ao longo do tempo, 10, 20 e 30 anos, minimamente. Adriana observou que em se tratando de documentos de preservação permanente é *ad infinitum*. Eduardo expos que quando se fala em documento isso tem relação com as várias atividades que a instituição executa, pois na gestão pública as atividades são registradas em documentos. Que quando o documento é no suporte papel, largamente utilizado, é mais fácil de verificar se houve alguma alteração, enquanto no digital é mais complexo. Eduardo referiu que durante a análise do sistema foi identificado que alguns processos têm interação com outro módulo e não se sabe qual. E no caso da gestão de pessoas a comissão vai começar a estudar caso a caso para saber que interação tem com os diversos módulos. Pode acontecer de ser necessário produzir em algum módulo específico uma funcionalidade que garanta que o formato digital não possa ser alterado. Adriana sugeriu pensar no Acadêmico, exemplificou o caso do diário de classe. Eduardo disse que minimamente precisa ter o formato fixo, para não permitir alteração no formato e nas informações. Cláucia perguntou se seria um documento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

gerado dentro do SIGA-A. Eduardo confirmou e complementou que ele e Adriana estavam falando de documento nato digital e não de documento digitalizado. Fábio explicou para Cláucia que vai ter um momento que finalizou o diário de classe e teria que gerar uma imagem e ficar estático e guardar a imagem. Adriana complementou para manter a forma fixa e conteúdo estável. Eduardo ponderou que não é só guardar. Eduardo explicou que é necessário fazer a gestão desse documento com o controle de temporalidade e não só ter a indicação do tempo como está no sistema hoje. Eduardo disse que a questão irá demandar bastante da AVMB. Fábio disse que se forem necessários esclarecimentos está à disposição. Gustavo questionou Eduardo e Adriana sobre o caso do Acadêmico que está quase finalizada a implantação e as customizações e a comissão não teve acesso para saber se o material produzido atende as questões de legislação, se afim de evitar um retrabalho não era o caso de a cada *start* de módulo a comissão se envolver. Adriana respondeu que essa foi uma solicitação da comissão no início da implantação do SIG. Eduardo respondeu que primeiramente a comissão fez essa solicitação, não só referente às atualizações de sistema, mas a própria dinâmica administrativa. Mas, que hoje a comissão está pretendendo começar isso com a DGP. Explicou que a comissão tem alguns problemas, que são poucos membros técnicos e estão dispersos, são limitações que a própria comissão tem. Eduardo afirmou que a comissão quer fazer um dia, mas já foi escolhida a rotina de trabalho de começar um por um e ver o que se consegue fazer. Fábio questionou se pela necessidade a comissão elencou primeiro a DGP. Eduardo respondeu que foi uma decisão administrativa. Explicou que a comissão é formada por membros da administração, que foi discutido, que a comissão ficou entre as atividades dos registros acadêmicos e a gestão e pessoas e ficou definido o início pelas atividades da gestão de pessoas. Eduardo afirmou que acredita que em um primeiro momento vai demorar um pouco mais, tanto pelo volume, quanto pela experiência que a comissão ainda não tem em fazer esse trabalho. Gustavo comentou que dos registros acadêmicos devem ser gerados menor quantidade de documentos. Fábio afirmou que do conhecimento que tem da parte de RH são os módulos, que além do SIPAC, tem uma maior interação com o SIGED, que do Acadêmico não recorda de ter visto algum documento que gere uma imagem e salve no SIGED. Adriana perguntou para Fábio se ele sabe informar quais os documentos que estão indo dos módulos para o SIGED. Fábio respondeu ter uma listagem. Adriana questionou Fábio se no caso da capa de um processo gerada no SIPAC e salva no SIGED, se não existisse o SIGED essa capa ficaria armazenado no SIPAC. Fábio respondeu que o SIGED é um repositório e serve basicamente para armazenar os documentos que são usados pelos outros módulos. Adriana concluiu que os outros módulos tem a dependência do SIGED e Fábio confirmou. Adriana afirmou que sua dúvida persistia, pois tinha conhecimento de outras instituições que estão usando o SIG e algumas não compraram o pacote SIGED, como elas podem estar trabalhando o armazenamento então. Fábio respondeu que o SIGED acaba estando lá, pois é integrado no sistema, mesmo não tendo a implantação do SIGED. Fábio explicou que do ponto de vista de base de dados, existe uma base de dados chamada arquivos que é a base do SIGED onde são guardados todos esse documentos. Fábio disse que o SIG é composto por seis bases de dados a SIGA-A, comum, administrativo, sistemas log, arquivos e não se recordava da sexta no momento. Adriana falou para Fábio que nunca ficou claro o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

que cada módulo salva dentro do SIGED. Fábio comentou que bem no início do SIGED, e achava que Adriana ainda não estava no Instituto, isso foi mostrado, que se lembrava de ter realizado esse levantamento junto com o Sérgio. Adriana disse não saber de quem se tratava. Fábio disse que era um funcionário da AVMB. Adriana pediu para Fábio encaminhar-lhe a relação mencionada. Gustavo analisou que as reuniões para dirimir dúvidas são também preparação para o Instituto trabalhar com o digital e se perguntou o que de equipamento será necessário para isso. Eduardo e Adriana responderam que foi justamente o que foi tratado no começo. Eduardo lembrou do que foi discutido em reunião no dia anterior que virá uma demanda de equipamentos. Thiago comentou que na última reunião do CODIR defendeu que o fundo de TI deverá ser utilizado justamente para aumentar a capacidade de armazenamento do sistema. Gustavo perguntou aos representantes da AVMB se tem conhecimento se algum instituto já está utilizando o SIG, respeitando as regras. Fábio disse que tem um instituto que está utilizando o módulo protocolo e 80, 90% não tramitam mais em papel, mas como o sistema está hoje. Gustavo perguntou se da experiência que a AVMB tem com esse cliente, se eles têm conseguido recuperar os documentos do SIGED, se relatam algum problema com isso. Fábio respondeu que não teve relato de problemas com isso. Adriana disse que a questão de recuperar eles conseguem hoje, pois o SIGED permite uma busca básica de alguns metadados, que não é o estabelecido na gestão arquivística, mas que daqui a um tempo, 5, 10, 20 anos quando a capacidade de armazenamento chegar ao limite e não tiver mais como fazer a gestão do armazenamento, aí sem a gestão, sem o tempo de guarda e sem a destinação o processamento do sistema será mais lento. A busca será muito lenta e vai retornar uma quantidade enorme de registros que não é o desejado e será necessário abrir um por um para checar se não é o desejado. Então para recuperar um documento com uma busca tão restrita será ser bem difícil de ter acesso a documentos e informações. Adriana analisou que agora ainda não estão sentindo dificuldade, mas isso vai ocorrer daqui a algum tempo. Fábio concordou com o exposto pela Adriana, pois o SIGED não permite refinar os termos da pesquisa. Eduardo comentou que hoje o maior problema do sistema consiste em o sistema não manter a cadeia de custódia, pois do começo ao fim o documento deve estar no mesmo ambiente e que hoje para consultar um documento dentro do SIPAC é necessário fazer um *download*. Quando se faz isso é rompida a cadeia e quando sai da cadeia não tem mais autenticidade. Adriana explicou que o *download* é uma cópia do documento. Fábio perguntou se não é para permitir que isso aconteça. Eduardo respondeu que o correto é que ao invés de fazer *download* o documento seja visualizado em tela ou que seja buscada outra forma para autenticar o download, pois se trata de cópia do documento como Adriana disse. Eduardo salientou que o documento perde o valor de original e que para o gestor no futuro é um problema maior. Eduardo explicou que toda vez que o documento muda de ambiente se torna cópia como fotocopiar o documento em suporte papel e digitalizar. Gustavo disse que as cópias em papel são fáceis de visualizar que se trata de cópia. Eduardo ponderou que no caso do digital é necessário colocar isso como uma regra de negócio dentro do sistema, pois senão todos os documentos serão cópia quando é feito o *download*. Como o visualizar do sistema é um *download* será necessário baixar na máquina e aí sai do ambiente do sistema. Fábio entendeu que ao invés de *download* visualizar em tela e se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

necessário fazer o *download* em um segundo momento. Gustavo perguntou como seria autenticado o documento. Eduardo respondeu que o próprio sistema é o autenticador para garantir a integridade do dado. Eduardo pontou que podem ser necessárias outras reuniões para delinear isso. Gustavo falou que ouviu relatos que fora o sistema da UNICAMP nenhum sistema consegue produzir documentos e fazer gestão documental respeitando todas as regras do CONARQ e e-ARQ Brasil, que são os requisitos, porém o Governo Federal sugere o SEI. Adriana e Eduardo disseram que também não contempla. Adriana acrescentou que no caso do SEI os problemas são a cadeia de custódia e o repositório. Gustavo questionou então como o Governo Federal está trabalhando com o SEI, que talvez seja uma estratégia para adotar com o SIG. Eduardo respondeu que o e-ARQ foi produzido em um momento em que vislumbravam o ideal. Hoje já foi visto que não será possível aplicar todo o e-ARQ Brasil. Adriana falou que são 394 requisitos. Eduardo referiu que a concepção hoje é que se atendam minimamente algumas coisas para garantir a autenticidade e a cadeia de custódia. Ter documentos autênticos e preserváveis ao longo do tempo. Garantindo minimamente isso consegue resolver boa parte dos problemas. A intenção é com as customizações garantir a cadeia de custódia e com relação ao documento ser preservado ao longo prazo está em estudo outra alternativa que consiste em interoperar o SIPAC com o repositório arquivístico *Archivematica*. De modo que, garanta fazer a gestão no ambiente digital, que esteja preservado e que se garanta a divulgação dele, inclusive cumprir a lei de acesso à informação, divulgando todas as informações de forma irrestrita. Adriana pontuou que é preciso saber se é possível integra o SIPAC ao *Archivematica*. Fábio disse que se o *Archivematica* disponibilizar um *Web Service* é possível. Eduardo comentou que o grupo ainda está se inteirando dele que irá fazer uma capacitação para justamente saber o que é possível ou não de fazer e que a intenção é usá-lo e que se não for possível buscar outras alternativas. Adriana disse tem o *RODA*. Fábio questionou sobre como será a capacitação. Eduardo respondeu que o Instituto trará um profissional especialista da FURG para capacitar a equipe. Comentou que alguns já têm conhecimento de algumas coisas é mais com o intuito de nivelar a equipe e depois aprofundar. Fábio disse que se possível gostaria de colocar alguém da AVMB até para ajudar depois na integração, pois já terão o conhecimento de como o *Archivematica* funciona também. Eduardo assumiu o compromisso de avisar a AVMB sobre quando a capacitação irá ocorrer. Eduardo disse que seria bom ter alguém da TI também.

- Migração de Dados do SIGA-ADM para o SIPAC

Thiago referiu que a AVMB fez uma análise há quase um ano, demorou para aprovar a questão, foi aprovado, foi para a AVMB e daí surgiu outra questão e será necessário fazer uma nova análise, uma nova estimativa e ainda não foi feita. Fábio disse que o sistema mudou. Thiago afirmou que da parte da CGTI não vê problema em manter os processos do SIGA-ADM que estão cadastrados nele tramitando. Mencionou que em conversa prévia com Adriana a mesma concordou desde que seja dada garantia de que o sistema permaneça disponível. José disse que na migração terá problema com as unidades, pois todas as UORGS que tem hoje são diferentes, teria que adequar as mais de 900 que constam lá. Esse seria só o primeiro problema. Os dados do SIGA-ADM não são consistentes. Adriana disse que



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA**

as unidades mudaram de nome ao longo do tempo e as unidades que constam no SIGA-ADM não refletem a estrutura de agora e para adequar seria necessário fazer a correspondência. Fábio disse que se fizer o “de” “para” muda o histórico do processo. Então, algum documento que foi impresso dele no passado fica diferente do que está agora. Fábio questionou se a AVMB deve gastar tempo para fazer a análise para a migração. Eduardo disse que na comissão é consenso que o José menciona a qualidade dos dados que não é boa. Adriana falou que não há como estimar a qualidade dos dados. Eduardo disse que talvez não seja necessário fazer a migração, pois o SIGA-ADM é utilizado para duas ações: cadastro e trâmite. Cadastro está fechado e trâmite não são 100% dos documentos que estão cadastrados que estão tramitando, pois com o passar do tempo muitos documentos são arquivados e não são mais tramitados. Foi discutida que alternativas teríamos. Hoje é só ver como tratar os tramitáveis ainda. Se for manter no SIGA-ADM, como é feito hoje, ou buscar uma forma de levar eles para o SIPAC. José disse que o trabalho continuaria sendo o mesmo. Adriana afirmou que muitos processos não receberam despacho de arquivamento nas unidades e continuam constando como estando em tramitação. Então, não há como saber o que está tramitando e o que não está. Eduardo disse que precisa da base aberta para consultar. Adriana disse que aí seria necessário ir a cada unidade e ver processo por processo e ponderou que não há como. Eduardo disse que fisicamente terá que pegar os processos e ver se tem despacho, se não tem vai ter que verificar na base e que não são todos que tem indicação na base. Aí a comissão chegou à conclusão que realmente a migração ela não seria tão interessante nesse sentido. Que se estava seguindo por ser uma demanda que já havia sido encaminhada e foi seguido com ela. Adriana disse que pela portaria do Protocolo Integrado que estabelece que todos os processos que estão tramitando devem ir para a base do governo e como no SIGA-ADM não há como saber o que está e o que não está teria que para atender a portaria fazer a migração dos dados. Eduardo sugeriu recomendar para que os protocolos insiram os dados na base do SIPAC. Adriana disse que entende que o melhor é manter o que está no SIGA-ADM no SIGA-ADM para não dar confusão. Fábio disse que tinha conversado com a Cláucia sobre essa questão e havia sugerido a mesma coisa que Eduardo e Cláucia havia dito que pode causar confusão. Fábio disse que trabalhou com outro cliente que a base que tinham no sistema legado não era confiável, não tinha garantia de dados, por isso optaram por cada processo que chegava se estava ainda aberto no sistema cadastrava no sistema novo e seguia. O problema é que fica parte dos dados de movimentação no sistema legado e parte no novo. Adriana observou que há um diferencial, que no SIGA-ADM não se cadastrava os documentos de autuação no novo é cadastrado e para cadastrar todos os documentos de um processo que já tem vários volumes como se vai cadastrar. Cláucia disse que não há como. Adriana complementou que o SIPAC separa os volumes de uma maneira completamente confusa. Eduardo concordou que a questão dos volumes é um problema. Adriana disse que pelos motivos elencados é contrária a cadastrar os documentos do SIGA-ADM no SIPAC. E que o Instituto tem uma boa definição de data baliza 31/12/2015 SIGA-ADM e 04/01/2016 SIPAC. Eduardo disse então na vai aparecer no PI. Adriana disse então se justifica o porquê de não fazer. Eduardo concluiu que com o tempo eles vão ter que desaparecer do SIGA-ADM, pois serão arquivados. Fábio disse que a opinião



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

da AVMB é que a dor de cabeça será muito grande se for feita a migração. Se a qualidade de dados não é boa e não vai melhorar com a migração vai continuar ruim dentro do SIPAC e não se sabe o que vai se enfrentar de problema dentro do SIG com essa qualidade ruim de dados. José ainda disse acrescentando toda a demanda de tempo e servidores da CGTI para fazer o trabalho. Adriana disse recurso, tempo, processamento, pessoal dedicado para fazer isso. José afirmou achar que no momento que está é melhor avaliar isso. Eduardo se comprometeu a consultar os outros membros da comissão para retornar uma decisão. Mas, que acredita que a decisão será no sentido de não fazer a migração. Adriana referiu a preocupação com o SIGA-ADM permanecer íntegro e disponível ao longo do tempo. Eduardo disse ser possível arquivar a base de dados do SIGA-ADM no *Archivematica*.

- Unidades de tramitação externa

Adriana questionou Thiago se a PRDI não havia encaminhado à CGTI o memorando 06 da comissão para providências e aproveitou a presença de representantes da AVMB para questionar se o SIPAC permitiria habilitar as Unidades de Gestão de Documentos dos *campi* a serem unidades de tramitação externa. Cláudia e Fábio responderam que pelo sistema seria possível.

Gustavo disse que ainda não havia encaminhado à questão, pois pretendia conversar com a reitora sobre a questão. Mas, que havia conversado com Adriana que lhe explicou que independente disso qualquer unidade protocolizadora pode remeter documento externo com ou sem o registro no sistema e que enquanto o Instituto utilizava o SIGA-ADM não havia restrição a esse envio pelos *campi*.

- Relatórios SIPAC

O Gustavo questiona sobre a confiabilidade e estabilidade dos dados e comenta sobre a importância dos relatórios refletirem dados corretos para que a gestão possa ser realizada. O Fábio respondeu que o sistema é confiável, que não há registro de erros nos relatórios gerados pelo SIPAC e que o sistema irá retornar no relatório o foi registrado pelos usuários no sistema.

ENCAMINHAMENTOS

1. Os representantes da AVMB assumiram o compromisso de repassar as respostas dos memorandos 03 e 04 quando receberem a resposta da UFRN.
2. Fábio assumiu o compromisso de disponibilizar para a comissão o levantamento dos documentos que os módulos salvam no SIGED.
3. Eduardo se comprometeu em consultar os membros da comissão para retornar a CGTI e AVMB decisão sobre a migração dos dados do SIGA-ADM ao SIPAC.
4. Gustavo ficou de consultar a Reitora sobre a habilitação das unidades de tramitação externa.